



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior

XII ENCONTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA/Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

A INFLUÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS NA EFICIÊNCIA NA UTILIZAÇÃO DAS RECEITAS: UM ESTUDO NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA

Autores: ¹ Maria Maciléya Azevedo Freire; ² Clayton Robson Moreira da Silva; ² Ivaneide Ferreira Farias; ² Davi Sampaio Marques; ³ Daniel Barboza Guimarães.

¹Aluna do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, em nível de MBA, em Gestão Financeira e Controladoria – CCSA – Estácio de Sá; E-mail: macileya@hotmail.com; ²Pesquisador(a), Mestrando(a) em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará; ³Orientador, Docente do Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da UFC, Doutor em Economia pelo CAEN/UFC; E-mail: barbozadan@hotmail.com.

Resumo: Este trabalho teve como objetivo analisar a influência dos gastos públicos na eficiência da utilização das receitas públicas nas Unidades da Federação (UFs) Brasileira. Trata-se de uma pesquisa descritiva, documental e de abordagem quantitativa. Utilizou-se o método de Análise Envolvória de Dados (*Data Envelopment Analysis – DEA*), com orientação de *output*, para o cálculo dos escores de eficiência; teste Mann-Whitney para calcular a diferença entre médias; e, para as estimações estatísticas, utilizou-se modelo de regressão Tobit. No modelo DEA, foram utilizadas as variáveis Receitas de Capital, Receitas Correntes e População como *inputs*; e PIB e IDH como *outputs*. Para o modelo Tobit, utilizou-se a variável obtida pelo DEA como variável dependente e as variáveis Gasto Mínimo, Gasto Social e Gasto Econômico como independentes, além de duas variáveis de controle: Capital Humano e Endividamento. A amostra reúne as 27 UFs brasileiras e foram analisados os anos de 2003 e 2013. Os resultados evidenciam que há redução do número de UFs eficientes entre os anos de 2003 e 2013, uma vez que o número caiu de 11 UFs eficientes, em 2003, para 8 UFs eficientes, em 2013. O teste Mann-Whitney revelou diferença entre as médias de algumas variáveis, considerando as UFs maiores e menores. O modelo Tobit revela que o gasto mínimo exerce influência negativa na eficiência da utilização das receitas, tanto em 2003 quanto em 2013. Além disso, a variável endividamento influencia de forma positiva a eficiência nos dois anos e a variável capital humano influencia positivamente a eficiência apenas em 2013.

Palavras-chave: Eficiência; Gastos Públicos; Receitas Públicas.

INTRODUÇÃO

A administração pública busca, constantemente, a arrecadação e execução de recursos capazes de atender, de forma ampla, as demandas da sociedade (PACHECO, 2016). Diante disso, faz-se essencial a valoração sobremaneira do gerenciamento deste mecanismo com eficiência ativa (PEREIRA, 1997).

O êxito da ação estatal possui ligação direta com a execução dos gastos com eficácia, eficiência e efetividade, de maneira que proporcione maximizar os resultados e minimizar os custos, ou seja, utilizando-os de maneira adequada e eficiente (AMORIM, DINIZ; LIMA, 2017). Nesse

contexto, faz-se fundamental a execução dos recursos de forma mais democrática, objetivando maiores níveis de transparência e responsabilidade, visando a obtenção de benefícios para a sociedade (TORRES, 2004).

Destarte, diante da relevância da temática, delimitou-se a seguinte questão de pesquisa: como os gastos públicos influenciam a eficiência na utilização das receitas nas UFs brasileiras? Nessa perspectiva, traçou-se como objetivo analisar a influência dos gastos públicos na eficiência da utilização das receitas públicas.

A justificativa da realização desse estudo está relacionada à importância da temática ao tratar das finanças públicas, considerando discussões acerca da existência de falhas no mercado e da necessidade premente de amenizar este preceito (ALBUQUERQUE; MEDEIROS; FEIJÓ, 2008). Um outro fator relevante nessa seara é o gerenciamento das receitas públicas, onde discute-se sobre o uso eficiente dos recursos públicos, visando sua alocação de modo racional, planejado e com qualidade (BRÜCKNER, 2012; SILVA et al., 2012).

A análise da eficiência na utilização dos recursos públicos é fundamental frente às demandas diárias da administração pública (BEUREN; MOURA; KLOEPPEL, 2013), uma vez que o Estado deve utilizar os recursos públicos de forma eficiente a fim de ampliar a qualidade de vida dos cidadãos (SILVA et al., 2016). Destarte, compreende-se que as receitas obtidas na esfera pública devem ser convertidas em gastos que, por sua vez, devem estar alinhados à eficiência na utilização dessas receitas e à maximização de indicadores socioeconômicos.

METODOLOGIA

A pesquisa é descritiva, documental e tem abordagem quantitativa (COLLIS; HUSSEY, 2005). A coleta foi realizada por meio da consulta de *websites* de órgãos oficiais, competentes à divulgação das informações necessárias para a construção do banco de dados utilizado nesse estudo, a saber: Secretaria do Tesouro Nacional (STN); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); e Banco Central (BACEN).

A amostra da pesquisa reúne 26 estados brasileiros e o Distrito Federal. O estudo reúne dados secundários que foram coletadas em janeiro de 2017 e referem-se ao período de 2003 e 2013, a escolha foi intencional, tendo como critério de escolha a inserção de 2 anos espaçados em uma década, sendo o último ano o mais recente que disponibiliza os dados referentes às variáveis utilizadas nessa pesquisa.

O cálculo da eficiência na utilização das receitas foi realizado por meio de Análise Envoltória de Dados (*Data Envelopment Analysis* – DEA), com orientação de *output* e retornos variáveis à escala (*Variable Returns to Scale* – VRS). Os *inputs* para o modelo DEA foram:

Receitas de Capital, Receitas Correntes e População. Enquanto os outputs foram: PIB e IDH. As variáveis para o DEA foram escolhidas e adaptadas à luz do estudo de Beuren, Moura e Kloeppel (2013).

Além disso, realizou-se teste Mann-Whitney de diferença entre médias para municípios maiores e menores. E, por fim, utilizou-se o modelo de regressão Tobit para verificar a influência dos gastos na eficiência da utilização das receitas, por meio de estimações estatísticas. O modelo econométrico Tobit é expresso pela equação 1:

$$\text{EficVRS}_{it} = \beta_0 + \text{GM}_{it}\beta_1 + \text{GS}_{it}\beta_2 + \text{GE}_{it}\beta_3 + \text{ENDIV}_{it}\beta_4 + \text{CH}_{it}\beta_5 + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

$$\text{EficVRS}_{it} = \begin{cases} \text{EficBCC}_{it}^* & \text{se } \text{EficBCC}_{it}^* < 1 \\ 1 & \text{se } \text{EficBCC}_{it}^* \geq 1 \end{cases}$$

Onde:

EficVRS*: Eficiência calculada pelo modelo DEA VRS (Variável Dependente);

GM: Gasto Mínimo por Habitante (Variável Independente);

GS: Gasto Social por Habitante (Variável Independente);

GE: Gasto Econômico por Habitante (Variável Independente);

ENDIV: Endividamento das UFs por Habitante (Variável de Controle);

CH: Capital Humano, anos de estudo de pessoas de 25 anos e + (Variável de Controle);

ε : erro

Ressalte-se que a classificação dos gastos foi feita à luz do estudo de Rezende (1997), onde o autor advoga que o Gasto Mínimo é composto pelas seguintes funções de governo: Legislativa; Judiciária; Essencial à Justiça; Administração; Defesa Nacional; Segurança Pública; e Encargos Especiais. Gasto Social diz respeito às funções: Educação; Cultura; Desporto e Lazer; Saúde; Saneamento; Assistência Social; Previdência Social; Habitação; Urbanismo; e Direitos da Cidadania. E Gasto Econômico contempla as seguintes funções: Agricultura; Comunicações; Organização Agrária; Energia; Gestão Ambiental; Indústria; Comércio e Serviços; Relações exteriores; Trabalho; Transporte; e Ciência e Tecnologia.

RESULTADOS

Em relação ao cálculo do DEA VRS, com orientação de *output*, observou-se que, no ano de 2003, 11 UFs atingiram a curva de eficiência do modelo, quais sejam: DF, MA, MG, MT, PA, PB, PI, RJ, RR, SC e SP. Enquanto no ano de 2013, 8 UFs alcançaram a eficiência total, ou seja, escore igual a 1 (100%), são elas: CE, DF, MA, PA, PR, SC, RS e SP. Assim, observa-se uma redução no número de UFs eficientes.

Os resultados do Teste Mann-Whitney revelam que há diferença estatisticamente significativa na comparação entre os estados maiores e menores nas variáveis eficiência, gasto mínimo por habitante, gasto social por habitante e gasto econômico por habitante.

Assim, observou-se que a eficiência entre os dois grupos é diferente tanto no ano de 2003 (sig. < 5%) quanto em 2013 (sig. < 1%). No caso dos gastos mínimos por habitante, verificou-se que diferença significativa nos dois anos (ambos com sig. < 5%). Comportamento semelhante ocorre com os gastos sociais nos dois anos (em 2003, sig. < 10%; e em 2013, sig. < 5%). Quanto aos gastos econômicos por habitante, verificou-se diferença entre os dois grupos de estados apenas em 2013 (sig < 5%).

Os resultados do Modelo de Regressão Tobit, para o ano de 2003, revela que a variável Gasto Mínimo exerce influência negativa (sig. < 5%) e a variável Endividamento exerce influência positiva (sig. < 5%) na eficiência da utilização das receitas. No que concerne ao ano de 2013, a variável Gasto Mínimo continua a exercer influência negativa (sig. < 1%) e a variável Endividamento continua a influenciar positivamente a eficiência (sig. < 1%), além delas, a variável Capital Humano exerce influência positiva na variável dependente, com significância ao nível de 10%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que houve redução no número de UFs eficientes entre 2003 e 2013, levando ao questionamento sobre a necessidade de maior qualidade na utilização das receitas por parte dos governantes das UFs. Considerando que a eficiência é um dos princípios constitucionais da administração pública e que mecanismos de controle e fiscalização, como a LRF, têm sido implementados no Brasil, espera-se que haja avanço em relação à eficiência da gestão pública, o que destoa dos achados deste estudo.

No que tange ao teste de diferença entre médias, ficou evidenciado, em linhas gerais, que UFs maiores tendem a apresentar médias de eficiência e gastos superiores às UFs menores. Este achado corrobora a ideia de que UFs de maior porte tem acesso a volumes mais elevados de recursos por habitante, este fato talvez esteja associado à capacidade de arrecadação e captação de recursos dessas UFs.

Em relação à influência dos gastos na eficiência na utilização das receitas, o modelo de regressão Tobit revela que o Gasto Mínimo é o único que gera influência negativa na eficiência, tanto em 2003 quanto em 2013, desse modo, quanto maiores os dispêndios com legislativo, judiciário, administração, defesa nacional e segurança pública, menores os níveis de eficiência das UFs. No caso do endividamento, o efeito é positivo, sinalizando que quanto maior o endividamento

por habitante, maior o escore de eficiência. Uma possível explicação seria o fato de que os estados ao adquirirem recursos de terceiros estão aplicando esses recursos de forma que os produtos gerados estão compensando o endividamento.

Ressalta-se que o poder explicativo dos modelos é de, aproximadamente, 7% para 2003 e 18% para 2013, indicando que a eficiência pode ser explicada por diferentes outros construtos e variáveis não presentes no modelo desenvolvido neste estudo. Dessa forma, sugere-se, para pesquisas futuras, a inserção de outras variáveis explicativas e o estudo do construto eficiência atrelado a outras questões inerentes ao campo da administração pública.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Claudiano Manoel de; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. Gestão de finanças públicas. **Gestão Pública Editora**, 2008.

AMORIM, K. A. F.; DINIZ, J. A.; LIMA, S. C. A visão do controle externo na eficiência dos gastos públicos com educação fundamental. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 11, n. 29, p. 56-67, 2017.

BEUREN, I. M.; MOURA, G. D.; KLOEPPPEL, N. R. Práticas de governança eletrônica e eficiência na utilização das receitas: uma análise nos estados brasileiros. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 47, n. 2, 2013.

BRÜCKNER, M. An instrumental variables approach to estimating tax revenue elasticities: Evidence from Sub-Saharan Africa. **Journal of Development Economics**, v. 98, p. 220-227, 2012.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. Bookman, 2005.

PACHECO, H. F.; GURGEL JÚNIOR, G. D.; SANTOS, F. A. S.; FERREIRA, S. C. C.; LEAL, E. M. M. Social organizations as management model of healthcare in Pernambuco, Brazil: perceptions of managers. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 20, n. 58, p. 585-595, 2016.

PEREIRA, L. C. B. Estratégia e estrutura para um novo Estado. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 124, n.1, p. 5-25, 1997.

REZENDE, F. C. Descentralização, Gastos Públicos e Preferências Alocativas dos Governos Locais no Brasil (1980-1994). **Dados. Revista de Ciências Sociais**, v. 40, n. 3, p. 413-440, 1997.

SILVA, A. A. P.; FERREIRA, M. A. M.; BRAGA, M. J.; ABRANTES, L. A. Eficiência na alocação de recursos públicos destinados à educação, saúde e habitação em municípios mineiros. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 15, n. 1, p. 96- 114, 2012.

SILVA, C. R. M.; ALVES, R. M. P.; DE LUCA, M. M. M.; A. C. Eficiência da alocação de recursos públicos nas Unidades da Federação nos Governos Lula e Dilma. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 7, 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2016.

TORRES, M. D. F. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. FGV Editora, 2004.